

ENTREVISTA COM HELÊNIO FONSECA DE OLIVEIRA

por *Vito Manzolillo* (UNESA)

O entrevistado deste volume é o professor Helênio Fonseca de Oliveira. Ex-aluno do Colégio Pedro II, onde teve oportunidade de estudar com Rocha Lima, Othon Moacyr Garcia e Domício Proença Filho, graduou-se em Português-Inglês pela UFRJ. Nessa ocasião, foi aluno de Mattoso Câmara Jr., Gladstone Chaves de Melo e Celso Cunha. Na mesma instituição, cursou Mestrado e Doutorado em Língua Portuguesa e, desta feita, conviveu com mestres do porte de Antenor Nascentes, Bernard Pottier e Maria Helena Mira Mateus. Tem vários trabalhos publicados, a maior parte dos quais na área dos estudos discursivos. Lecionou Língua Portuguesa durante vários anos na UFRJ e hoje é professor da UERJ, também de Língua Portuguesa. É membro da Academia Brasileira de Filologia e *Maitre de Conférence* da Universidade Paris III (*Sorbonne-Nouvelle*).

Vito Manzolillo – Para começar, poderia nos dizer a que projetos o senhor se dedica atualmente?

Helênio Fonseca de Oliveira – A temática das pesquisas que tenho feito está ligada aos estudos discursivos (Análise do Discurso e Lingüística do Texto), bem como à questão da norma lingüística, tudo isso convergindo para o ensino do Português. No momento me dedico ao projeto *Diagnóstico de problemas redacionais de estudantes universitários*, que trata especificamente da questão da impropriedade vocabular.

VM – Todos sabemos ser o senhor um dos maiores especialistas brasileiros no campo da Análise do Discurso. Que tipo de estudos realizam os profissionais da área?

HFO – A Análise do Discurso é o estudo do texto dentro de uma situação comunicativa. Um estudo limitado à frase, mesmo quando sensível à enunciação, não é Análise do Discurso e, mesmo trabalhando com textos, ainda não estaremos fazendo AD, se esses textos estiverem descontextualizados, ou seja, se não levarmos em conta a situação descomunicativa concreta em que são produzidos e interpretados. O estudo do sistema da língua é útil à AD, na medida em que é necessário à interpretação de textos dentro da metodologia

proposta pela AD (ou das metodologias, já que existem diferentes correntes teóricas em AD) e, por outro lado, a AD é útil ao estudo do sistema da língua, porque ajuda a repensar a descrição desse sistema de um ponto de vista “discursivo”. Um exemplo expressivo disso é a conhecida *Grammaire du sens et de l'expression*, de Patrick Charaudeau.

VM – Análise do Discurso, Lingüística Textual, Gramática Textual, que diferenças existem entre esses termos?

HFO – Existe uma diferença entre *competência textual* e *competência discursivo-situacional*. A primeira é objeto da Lingüística do Texto, e a segunda, da Análise do Discurso. A competência textual inclui habilidades como a de promover a coesão textual, a de fazer resumos, colocar títulos em textos, identificar, produzir e interpretar textos em “obediência” às convenções dos diversos gêneros textuais e dentro dos modos de organização do texto, a saber, o narrativo, o descritivo, o argumentativo etc. (a lista desses modos varia, mas não muito, de um teórico para outro) e assim por diante. Já a competência discursivo-situacional inclui capacidades como a de perceber o perfil do emissor e do receptor, a existência ou não de uma relação hierárquica entre eles, de identificar e saber usar canais de comunicação como a Internet, o telefone, o correio, a oralidade convencional etc., bem como de identificar o momento político, o tema etc., e ainda de manipular discursos que circulam na sociedade (intertextualidade). Para quem faz diferença entre Lingüística do Texto e Gramática do Texto, essa diferença consiste em que a Gramática do Texto, em voga nas décadas de 60 e 70, influenciada pela Lingüística Gerativa, era uma busca das regras gramaticais **transfrásticas** (ou **transfrasais**), isto é, era uma tentativa de lidar com o nível textual formulando regras do tipo formulado para o nível frasal, ao passo que a Lingüística do Texto, menos preocupada, por não se ligar à Lingüística Gerativa, em estender ao texto a teoria da frase, vem-se dedicando aos estudos de coesão e coerência, à descrição dos modos de organização do texto, ao estudo dos conectores etc.

VM – De alguns anos a esta parte, os termos *coesão* e *coerência* têm sido bastante valorizados no âmbito dos estudos linguísticos. Como o senhor os definiria?

HFO – Os mecanismos de coesão textual estabelecem elos coesivos entre constituintes de sentenças vizinhas no texto. Quando você diz “*Unte o tabuleiro. Coloque-o no forno.*” – o pronome “o” “*une*” de certo modo a segunda frase à primeira, na medida em que se refere ao sintagma “*o tabuleiro*” da primeira. Quando você diz “*Investi muito na casa, mas lucrei pouco com a venda dela, porque o mercado está em baixa*”, as conjunções **mas** e **porque** unem as três orações, estabelecendo entre elas certas relações semânticas. Como diz Ingedore, enquanto a coesão fica na fronteira entre a sintaxe e a semântica, a coerência fica na da semântica com o conhecimento do mundo. Aproveitando um exemplo que dei certa vez num trabalho que escrevi sobre isso, entre “Peguei **um táxi** até o escritório; **o motorista** me disse que na Zona Sul estava chovendo” e “Peguei **um táxi** até o escritório; **o soprano** me disse que na Zona Sul estava chovendo”, a primeira seqüência é mais “forte” candidata a pertencer a um texto coerente. O que dá essa impressão não é apenas nosso conhecimento da língua portuguesa, e sim uma associação desse conhecimento com o do próprio mundo. Nossa experiência nos diz que é mais “natural” associar *táxi* com *motorista*, do que com *soprano*. É claro que com alguma criatividade é possível “legitimar” a segunda, mas isso é outra coisa. É que uma assertiva aparentemente inconsistente pode tornar-se textualmente coerente, desde que devidamente contextualizada, ou seja, desde que se crie um universo textual que a legitime.

VM – Na sua opinião, por que para tantos alunos dos ensinos fundamental e médio, a tarefa de redigir um texto de boa qualidade é tão difícil e penosa?

HFO – As causas são muitas. Mas há uma da qual os estudos discursivos dão conta, a saber, grande parte da dificuldade do aluno com redação decorre de o professor propor a ele temas descontextualizados, ou seja, o ensino tradicional não é sensível às especificidades dos gêneros textuais nem das situações comunicativas em que eles surgem e funcionam.

VM – E sobre a relação entre leitura e escrita? É verdadeiro o fato de que quem lê mais escreve melhor?

HFO – Eu diria que ler bastante é condição necessária, mas não suficiente, para se redigir bem, porque, como diz Charaudeau, a operação de codificação e a de descodificação não são imagem especular uma da outra, ao contrário do que acreditavam Jakobson e a Teoria da Comunicação nas décadas de 60 e 70.

VM – Mudando um pouco de assunto, um tema bastante discutido na esfera dos estudos lingüísticos na atualidade é a questão dos *estrangeirismos*. O que o senhor teria a nos dizer a respeito?

HFO – Isso é uma questão de política da língua e como tal depende da vontade política das pessoas e instituições envolvidas. É possível em princípio um purismo saudável, como é possível também uma saudável abertura para a influência estrangeira. No caso do Brasil, refreá-la radicalmente é nadar contra a correnteza da cultura nacional, sempre disposta a dar boas-vindas ao que vem de fora.

VM – E essa história de regular os usos lingüísticos por meio de decreto, como pretendeu o então deputado federal Aldo Rebelo em 1999? No seu modo de ver, isso é viável?

HFO – No caso específico do deputado Aldo Rebelo, acho que ele nadou contra a correnteza, mas o planejamento lingüístico é possível, e há exemplos históricos de planejamentos desse tipo bem-sucedidos. É o caso da Noruega e de Israel, por exemplo. Só há um problema: a viabilidade do planejamento lingüístico é diretamente proporcional ao nível médio de escolaridade do povo.

VM – Há alguns meses, a chamada *cartilha politicamente correta*, proposta pelo governo federal, ganhou as manchetes, gerando acalorados debates e discussões. Sobre essa polêmica, o que o senhor teria a nos falar?

HFO – Não há nada de absurdo na idéia em si, inclusive o fato de uma cartilha desse tipo surgir é um saudável sintoma de que a opinião pública e as autoridades estão mais sensíveis aos direitos civis e ao combate aos preconceitos. Apenas algumas das proibições dessa cartilha revelam ignorância de semântica por parte de quem a produziu, que viu preconceito em expressões inofensivas. Por exemplo, não há qualquer manifestação de racismo na expressão *a coisa está preta*, em que o adjetivo *preta* está utilizado por seu efeito de sentido ligado ao medo arquetípico da escuridão, nada tendo a ver com a cor da pele das pessoas.

VM – **O senhor é um profissional que já vem atuando na área há bastante tempo. Dentre todas as atividades ligadas ao seu trabalho (ensino, pesquisa, orientação de alunos, participação em congressos etc.), qual aquela que lhe proporciona maior satisfação?**

HFO – Não sou só professor, nem só pesquisador, nem pesquisador-professor. Na verdade, sou professor-pesquisador. Confesso que minha grande paixão é o magistério, mas não consigo concebê-lo sem uma **atitude de pesquisador**, que valorizo mais inclusive que a própria pesquisa sistemática. Não nego o valor desse tipo de pesquisa, mas falo de motivação. Da minha motivação.

VM – **Para finalizar, o que o senhor achou da inclusão de entrevistas na revista *Philologus*, que anteriormente contava apenas com artigos e resenhas?**

HFO – Acho que foi uma boa medida. Creio que estas entrevistas se mostrarão muito úteis ao leitor, uma vez que foram conduzidas num sentido bastante didático, dando ênfase ao que é relevante para um leitor da área de Letras. E aproveito a oportunidade para agradecer a você e à direção da revista por me terem escolhido para ser o entrevistado deste número.